

SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA EM ASSENTAMENTOS RURAIS: NOTAS PARA O ASSENTAMENTO ACOCI EM CAMPOS SALES – CE

Luís Abel da Silva Filho¹
Maria Messias Ferreira Lima²
Luciano Pereira da Silva³
Kelvio Felipe dos Santos⁴
Emmanuel de Lima Alves⁵

Resumo: As configurações econômicas mundiais para o século XXI requer a construção de políticas de desenvolvimento, calcadas na construção de práticas das ações públicas, que possam promover o desenvolvimento com mais equidade social e eficiência econômica. As ações predatórias do sistema capitalista de produção têm provocado desequilíbrios acentuados no meio rural brasileiro. No “novo” rural brasileiro tem predominado relações de produção sob domínio das ações capitalistas. Nesse novo cenário, procura-se buscar na literatura a compreensão necessária ao entendimento de como construir o espaço destinado ao agricultor familiar brasileiro, à luz do capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a sustentabilidade econômica da agricultura familiar no assentamento Acoci, no município de Campos Sales – CE. Metodologicamente, utiliza-se uma revisão de literatura convergente à proposta de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais, em seguida foram utilizados dados primários. Estes foram coletados através de uma pesquisa de campo realizada em março de 2009, utilizando toda a população. Foram captadas informações como perfil tecnológico; indicadores de participação social; aspectos econômicos do assentamento; dentre outras. Sugere-se que a sustentabilidade econômica dos agricultores encontra-se comprometida, uma vez que os indicadores apresentaram-se com resultados abaixo do esperado, dado, sobretudo, pela ausência de políticas de desenvolvimento local que possibilitem maior integração entre estes no âmbito interno a o mercado em âmbito externo. Nesse sentido, a ausência de um trabalho realizado em sistema de parcerias compromete a sustentabilidade econômica do Acoci, haja vista que o Assentamento, sequer, dispõe de uma cooperativa para construir um elo entre a produção e o mercado. Nesse sentido, sabe-se que é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não só do ponto de vista da produção de alimentos, mas também na formação de novos agentes sociais capazes de garantir a sua reprodução econômica e participação social nas decisões da comunidade.

Palavras-chave: assentamentos rurais; agricultura familiar; sustentabilidade

¹ Graduado em Economia pela Universidade Regional do Cariri – URCA. Mestrando em Economia pelo PPGECO – UFRN. Bolsista CAPES. Pesquisador do Observatório das Metrópoles, núcleo da UFRN.

² Mestra em Economia Rural pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Professora do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA.

³ Graduado em Economia e Especialista em Economia Financeira pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

⁴ Graduado em Economia e Especialista em Economia Financeira pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

⁵ Graduado em Direito pela Universidade Regional do Cariri – URCA.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de desenvolvimento em discussão se dá através da sustentabilidade, uma vez que os desafios no novo milênio aumentaram tornando-se globais. As palavras que definem melhor este momento de complexidade envolvem crise e mudança. A crise que envolve os paradigmas do séc. XXI são de ordens econômicas, sócias e ambientais, necessitando de uma reconfiguração dos atores sociais e agentes econômicos. Ou seja, existe uma profunda alteração nas relações de produção, afetando o mundo do trabalho sustentado principalmente pelo desenvolvimento tecnológico. Nesse contexto, pouco se fala em sociedade, mas sim em mercados.

O peso da produção familiar na agricultura faz dela um setor único no capitalismo contemporâneo, encontrando no desenvolvimento desse modo de produção trabalho e gestão, caracterizando suas particularidades no ambiente econômico e social da sociedade global. Nesse paradigma, o capitalismo apresenta-se em uma nova roupagem, com o surgimento de novas forças políticas e sociais. Nesse processo de mudança e (re)construção de um novo modelo de desenvolvimento – com sustentabilidade – chama a atenção para a capacidade de sobrevivência da agricultura familiar, embora esta sobrevivência ocorra em condições de exclusão social e econômica.

Nesse sentido, a atual conjuntura, converge para a integração crescente dos camponeses ao mercado, onde os elementos constitutivos da produção agrícola familiar, o balanço entre trabalho e consumo, não se constituem mais em fator determinante das principais decisões econômicas: como produzir, quanto produzir e para quem produzir.

Portanto, as transformações no mundo do trabalho e do capital seguem sendo fundamental para compreender a natureza das novas configurações sociais e econômicas que a sociedade vem incorporando, que forçosamente provoca mutações também no setor rural e principalmente na agricultura familiar, exercendo um papel fundamental nesse processo de desenvolvimento, seja através da transferência de renda para outros setores, seja pela contribuição para o aumento da oferta agrícola e, conseqüentemente, a redução dos gastos da população com itens alimentares.

Entretanto, de modo geral a produção familiar especializa-se na produção de origem animal e/ou outros produtos mais intensivos em mão-de-obra, ficando para os grandes estabelecimentos ou capitalistas as grandes lavouras de cereais.

Para Abramovay (1992, p. 104) “o campesinato pode ser definido por sua *investigação parcial a mercados imperfeitos*, sua capacidade de sobreviver no interior de sociedades capitalistas será extremamente precária: o ambiente lhe será hostil”. Fica claro, portanto a incompatibilidade entre campesinato e capitalismo.

Kautsky discutiu seriamente a superioridade do grande estabelecimento agrícola sobre o pequeno, ou seja, o campesinato sobrevive não pela superioridade da pequena produção agrícola mas pela capacidade dos camponeses reduzir suas necessidades abaixo daquelas necessárias para manter um operário.

Chayanov, entretanto, defendia a proposição de que a economia camponesa deveria ser tratada como um sistema econômico próprio, como um sistema não-capitalista, ou seja, é um modo de produção em que o lucro não permanece como o centro das decisões. Isto é, “a relação entre as necessidades de consumo da família e o trabalho necessário a que sejam atingidas é a base para o estabelecimento de um equilíbrio microeconômico em torno do qual o campesinato se define” (ABRAMOVAY, 1992, p. 91).

A análise da produção familiar no Brasil é uma tarefa que requer um tratamento especial. O debate sobre os conceitos e a importância relativa da ‘agricultura familiar’ também é intenso, produzindo inúmeras concepções, interpretações e propostas oriundas das diferentes entidades representativas dos ‘pequenos agricultores’, e dos intelectuais que estudam o setor rural. Portanto, a discussão sobre a importância desse modo de produção vem ganhando força nos últimos anos fortalecendo a idéia sobre desenvolvimento sustentável⁶, na geração de emprego, renda e segurança alimentar.

No Nordeste brasileiro, ainda concentra-se o maior número de ‘pobres’. No Ceará a necessidade de uma reforma agrária é evidente, primeiramente pelas adversidades climáticas, em seguida, pela grande extensão da pobreza no campo, além de uma estrutura agrária extremamente concentrada. Dessa forma, torna-se relevante uma investigação específica dessas famílias na gestão e na exploração dos assentamentos, considerando a reforma agrária como uma política não de distribuição de terras, mas de eliminação ou redução da pobreza e inclusão social.

Nesse sentido, é fundamental pensar a viabilidade e o desenvolvimento da agricultura familiar não só do ponto de vista da produção de alimentos, mas também na

⁶ O termo sustentável a ser tratado na pesquisa não será tratado do ponto de vista ecológico, mas apenas os aspectos sociais, econômicos e culturais.

formação de novos agentes sociais capazes de garantir a sua reprodução econômica e participação social nas decisões da comunidade.

A escolha da área de estudo deve-se ao fato de ser uma região considerada próspera no estado do Ceará. Comparando-se com o sertão o cariri cearense oferece mais oportunidades aos agricultores, principalmente em relação ao clima e também a novas possibilidades de culturas. Porém, a região do Acoci se aproxima mais do Sertão Central do que do Cariri cearense. Seguindo esse propósito a pesquisa visa investigar as políticas públicas e sua eficácia na sustentabilidade das famílias, de forma a contribuir não somente com o debate acerca do assunto, mas intervir, principalmente na formulação e condução das políticas públicas para este segmento.

Dessa forma o objetivo dessa pesquisa é analisar a sustentabilidade econômica da agricultura familiar no assentamento Acoci em Campos Sales/CE. De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA (2002), o Assentamento Acoci localiza-se no município de Campos Sales/CE, com uma área de 10.977,80 há dividida em 08 comunidades: Caboclo, Lagoa do Miguel, Arizona, Pau verde, Acoci, São José, Santa Maria e Recanto da União, onde vivem 260 famílias. Em relação à infra-estrutura, existe uma padronização em relação às residências e alguns reservatórios que captam e armazenam água para consumo das famílias e também para irrigação.

Para atingir o objetivo da pesquisa, o artigo está estruturado da forma que segue; além dessa introdução, na segunda seção, apresentar-se-á a revisão de literatura convergente aos pressupostos de desenvolvimento sustentável; no item 2.2, discute-se a questão agrária e a pobreza rural; na terceira seção, apresenta-se a análise acerca dos aspectos e peculiaridades do assentamento Acoci; e, por último, fazem-se algumas considerações finais.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1. Estado, políticas públicas e desenvolvimento: abordagem teórica

Em meados do século XVIII, emerge na Europa idéias que coloca em discussão o papel ideal do governo, ideal no sentido de proporcionar níveis satisfatórios de crescimento para uma nação. Adam Smith investiga as causas e origem da riqueza, considerando esta como a quantidade de bens e serviços disponíveis para a população.

O capitalismo nascente, com o advento da revolução industrial, marca a abertura de um novo processo de produção, provocando profundas transformações econômicas, políticas e sócias, impulsionadas pelo livre mercado surgem uma nova sociabilidade e novas instituições. É a defesa clara e convicta de que o liberalismo econômico é o modelo ideal para que o capitalismo ascenda como modo de produção mais eficiente para ampliação da ‘riqueza das nações’.

Na teoria política clássica, as funções do governo devem estar direcionadas para proteger a vida, o direito a propriedade privada, infra-estrutura e segurança pública. O ideal de que todos são iguais perante a lei e, que todos devem ter as mesmas oportunidades e liberdade para buscar o melhor para si, ficou conhecido como a ‘mão invisível’ que tinha como princípio maior o egoísmo e o individualismo, ou seja, Smith (1996) tenta demonstrar que a liberdade entre os capitais constitui a conciliação entre a busca privada do benefício e o bem-estar coletivo.

Em essência a política liberal significou a liberdade para os capitais e não para os indivíduos, massacrados pelas relações de produção impostas pelo poder econômico e político que se formava em torno da acumulação de capital.

Com o desenvolvimento do sistema capitalista, a privatização dos meios de produção tornou-se necessária, e os resultados em termos de produção foram satisfatórios, entretanto a classe trabalhadora foi ficando empobrecida com seus baixos salários, remetendo posteriormente a uma crise de superprodução. “Qual a utilidades de vossas camisas de seda? Estão penduradas aí, aos milhões, invendáveis; e há os milhões de costas nuas, trabalhadoras que não podem usar.” (HUBERMAN, 1986, p. 246).

A crítica de Marx a economia política abala o discurso firmado sobre a superioridade do sistema capitalista enquanto forma de ampliação da riqueza, lembrando que á medida que a acumulação de capital aumenta, amplia-se também a miséria das massas trabalhadoras a opressão e a degradação das relações de produção, além do esmagamento dos pequenos produtores pelos grandes. É nesse contexto que a obra de Marx permanece atual e, principalmente a defesa de que “não é a consciência dos homens que determina sua existência, mas sim o contrário é sua existência social que determina sua consciência.” (MARX, 1859 *Apud* HUBERMAN, 1986, p. 204)

Paralelamente, a corrente neoliberal mantém a defesa do livre mercado, e da ineficiência do governo em conduzir ou interferir no sistema econômico. Entretanto, o mercado é imperfeito, e o equilíbrio não existe. Necessita, portanto que o governo corrija essas imperfeições. Dessa forma, tem-se uma transição da escola clássica para a

neoclássica, abrindo assim a investigação teórica quanto á intervenção estatal principalmente no que diz respeito à distribuição da riqueza, pois já era possível constatar que o princípio fundamental do liberalismo poderia ser questionado, uma vez que a defesa do interesse individual nem sempre tem como resultado o benefício social e coletivo.

Dessa forma o Estado deve intervir quando os mecanismos reguladores do sistema não funcionam, corrigindo as falhas e criando mecanismo de acordo com as necessidades de cada sociedade. No início do século XX, novas teorias são abordadas, mostrando a ineficiência do liberalismo para proporcionar o pleno emprego e uma justa distribuição de riqueza. É nesse contexto que o Estado deve atuar através de suas políticas, proporcionar não apenas crescimento econômico, mas de uma melhor distribuição da riqueza, com vistas ao desenvolvimento, ou seja, mudanças qualitativas na vida dos cidadãos.

Segundo Furtado (2000, p. 106) “o desenvolvimento se realiza sob a ação conjunta de fatores responsáveis por transformações nas formas de produção e de forças sociais que condicionam o perfil da procura”. Essa é uma face do que se concebe por desenvolvimento. Para Sen (2000, p. 10) “o desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição agente”. Existem muitas outras definições, entretanto, o mais importante é saber em que direção as políticas públicas vão ser definidas.

De acordo com Sachs (1993) *Apud* Lemos (2005, p. 27) os paradigmas do desenvolvimento deveriam apresentar alguns princípios na direção de preservar as futuras gerações; condições para que todos tenham condições de suprirem as necessidades básicas; permitir a participação da população enquanto agentes tomadores de decisões e, preservar o meio ambiente. Nesse contexto, é perceptível que poucos desses princípios estão sendo inseridos no modelo de desenvolvimento adotado, ou seja, o nível de exclusão social que muitas sociedades enfrentam é alarmante. As privações das necessidades, mesmo as consideradas básicas, como moradia, educação, saúde e segurança, crescem na mesma proporção que o capital. Dessa forma, o processo de desenvolvimento não deve ser demonstrado apenas pelo crescimento da riqueza, mas como essa riqueza influencia na qualidade de vida da população.

Esta interpretação remete para a reflexão de que o desenvolvimento é um processo que resulta da transformação das condições históricas e de vida de uma sociedade em seu conjunto, e não apenas das ações de uma classe social ou de um grupo hegemônico, e que só pode ocorrer na medida em que for articulado um projeto político de uma nova sociedade, e que, necessariamente, se fundamenta em uma mobilização autônoma da população enquanto protagonista, gestora e beneficiária direta dessas operações estratégicas de mudanças. (LEMOS, 2005, p. 23).

Nesse contexto, os países subdesenvolvidos têm um grande desafio para o século XXI que perpassa a abordagem da teoria econômica, e incorpora outras dimensões de forma a garantir dignidade aos cidadãos.

2.2 Questão agrária e pobreza rural

O modo de produção, de acordo com a economia marxista é determinado pelas relações que são estabelecidas dentro do conjunto das forças produtivas. “No capitalismo, a relação de produção fundamental é a que ocorre entre capitalistas e proletários. A base das relações de produção está nas relações de propriedade sobre os meios de produção” (SANDRONI, 1998, p. 298). A passagem da economia feudal para a sociedade burguesa deu-se da mesma forma da substituição da manufatura para a grande indústria e, paralelamente a esses acontecimentos (políticos econômicos, filosóficos) foram sendo sufocadas todas as relações familiares e nascendo as relações monetárias.

Para Marx (1996, p.38) “o modo de produção capitalista se afirma à medida que dispensa os processos da acumulação originária e difunde processos específicos de exploração e valorização, que conduzem à produção da mais-valia”. As relações de produção estabelecidas e produzidas nesse processo, que tem por finalidade a privatização dos fatores de produção, e a transformação do homem em coisas como tal sujeito às flutuações do mercado. Isto é, “na mesma proporção em que se desenvolve a burguesia, ou seja, o capital desenvolve-se também o proletariado, que vivem apenas na medida em que o seu trabalho aumente o capital”. (MARX E ENGELS, 2001, p. 51).

As transformações que acompanham o desenvolvimento das sociedades, tem como objetivo a manutenção da acumulação de capital, que segundo os clássicos da teoria econômica a indústria seria muito mais eficiente do que a agricultura. Dessa forma, a revolução industrial ocorrida nos séculos XVIII e XIX marcou o declínio do sistema feudal e o nascimento do capitalismo. A especialização do trabalho aumentou

de forma significativa os ganhos de produção, enquanto que os pequenos produtores foram engolidos e substituídos pela grande empresa capitalista, causando uma grande devastação social, tanto urbana quanto rural. A revolução agrícola que antecedeu a revolução industrial trouxe muitas incertezas em relação ao trabalho, ou seja,

tanto os cercamentos das terras comuns quanto as consolidações dos arrendamentos compactos, que acompanharam o novo e grande avanço nos métodos agrícolas, acarretavam resultados muito perturbadores. A guerra contra as habitações do campo, a absorção das hortas e terrenos que rodeavam essas habitações o confisco dos direitos sobre as terras comuns, privaram a indústria doméstica de seus dois esteios: os rendimentos familiares e o ‘pano de fundo’ agrícola. (POLANNYI, 2000, p. 115).

É nessa perspectiva que o sistema converge para a ampliação do grande capital em detrimento dos pequenos produtores.

No Brasil, o subdesenvolvimento se arrasta ainda no início do século XXI, em que algumas questões em relação à produção foram superadas. Com o desenvolvimento tecnológico, muitas das limitações naturais da agricultura foram eliminadas, principalmente quanto à sua capacidade de produzir alimentos. Entretanto, questões mais simples ainda estão indeterminadas, como a questão agrária. O termo ‘questão agrária “sempre esteve mais afeto ao estudo dos problemas que a concentração da propriedade da terra trazia ao desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade e sua influência no poder político” (STEDILE, 2005, p. 17).

A abordagem inserida nessa discussão parte da necessidade de explicar o desenvolvimento das relações sociais na estruturação da produção agrícola. Enfatizando Stedile (2005) a questão agrária explica a organização, a posse e uso das terras.

Para Silva (2001) as transformações ocorridas na agricultura nas últimas décadas afetaram de forma significativa nas relações de produção e na maneira que se produz. As principais alterações deram-se devido ao fechamento da fronteira agrícola, o processo de modernização ocorrido do centro-sul do país e a presença marcante das grandes empresas no campo, exigindo medidas capazes de provocar uma ruptura nos padrões tradicionais da agricultura

Entretanto, as políticas de estímulo à modernização não atingiram os pequenos produtores⁷, especializados na produção de gêneros alimentícios, nem apresentou homogeneidade em relação às regiões brasileiras. No Nordeste brasileiro, a produção

⁷ Os termos ‘pequenos’ e ‘grandes’ produtores são utilizados como forma de explicitar uma dicotomia entre formas de produção agropecuária existentes no Brasil.

agrícola, no que se refere à 'pequena' produção apresenta-se ainda com baixa produtividade e uma grande vulnerabilidade em relação às 'secas', além de manter uma estrutura fundiária extremamente concentrada

Isso reforça a busca por um caminho alternativo, redefinindo não só os projetos econômicos, mas também a construção de um modelo que resgate a dignidade da população rural, reestruturando e recriando as unidades produtivas onde não há um exclusivo assalariamento, encaradas como forma de produção não-capitalista.

Esta perspectiva necessita principalmente de reformulações na estrutura fundiária em que ainda predomina as grandes propriedades, dificultando a elaboração e efetivação de políticas públicas para o setor agrícola e para a agricultura familiar. Para que este cenário encontre possibilidades de mudanças é necessário a redistribuição de terras improdutivas aos produtores rurais, objetivando amenizar a pobreza das famílias, beneficiando economicamente e socialmente a sociedade como um todo.

3. SUSTENTABILIDADE ECONÔMICA NO ASSENTAMENTO ACOCI

3.1. Perfil tecnológico

O quadro 1 referente ao financiamento mostra que embora exista uma linha de crédito destinada à agricultura familiar 41,66% afirmam terem dificuldades para ser beneficiado com o crédito, sendo que 73,33% apontam para o atraso no financiamento e 26,67% colocam as exigências da documentação. O valor dos financiamentos para os beneficiários do Pronaf A é muito baixo, isto é, para 66,67% dos agricultores do assentamento Acoci o valor financiado anualmente não chega a dois mil reais, dificultando qualquer possibilidade de uma sustentabilidade econômica e uma mudança nos padrões de produção. Os padrões utilizados ainda são com pouco uso da tecnologia, pois 45% dos agricultores produzem de forma tradicional (manualmente) com baixa produtividade. Outro fator que compromete a sustentabilidade é a pouca diversificação na produção, pois 88,33% produzem somente no período das chuvas.

A modernização agrícola que vem ocorrendo de forma parcial, aponta para grandes transformações de cunho produtivo propondo um novo redirecionamento entre o urbano e o rural, entretanto para muitos agricultores essas transformações não ocorreram e dificilmente irá ocorrer. Em relação aos agricultores do Acoci 46,67% não tem nenhuma formação técnica e 31,67% não participa de reuniões com técnicos no

assentamento, dificultando mais ainda a formação de uma rede de informações que permitisse melhorias de forma coletiva para a comunidade. Em relação á assistência técnica 60% aponta que as visitas ocorrem de forma irregular.

Quadro – 1. PERFIL TECNOLÓGICO – Assentamento ACOCI, 2009

Com que freqüência recebem a assistência técnica no assentamento:	%
Freqüente	23,33
Irregular	60
Ausente	5
Sem informação	11,67
Participa de reuniões com técnicos no assentamento:	
Sim	68,33
Não	31,67
Tem alguma formação técnica:	
Curso	18,33
Treinamento	21,35
Não tem	46,67
Existe facilidade para obtenção de crédito de PRONAF A:	
Sim	58,33
Não	41,66
Principais tipos de dificuldade para financiamento de crédito:	
Atraso no financiamento	73,33
Exigência em documentação	26,67
Valor médio anual recebido pelo senhor (a) no assentamento:	
Menos de 2.000	66,67
Mais de 2.000 a 5.000	23,33
Mais de 5.000	10
Período em que vem recebendo o crédito:	
Menos de 2 anos	18,33
Mais de 2 a 3 anos	28,33
Mais de 3 a 4 anos	15
Mais de 4 anos	38,33
De que forma são cultivados os produtos agrícolas:	
Manualmente	45
Manualmente e com máquinas agrícolas	55
A agricultura, no assentamento, é praticada:	
o ano inteiro	11,67
Somente no período das chuvas	88,33

Fonte: dados da pesquisa de campo, março de 2009.

3.2 Indicadores de participação social

Para os indicadores de participação social, os resultados coletados junto aos assentados no ACOCI não se mostram satisfatório diante de um quadro de pouca integração entre as famílias assentadas. Os dados coletados mostram que 38,33% das famílias do assentamento não participam de nenhuma organização e somente 10,00% dos sindicalizados frequentam a organização assiduamente⁸. Das famílias habitantes no assentamento, 45,00 são da associação de moradores do Acoci que é uma instancia que desenvolve ações em menor quantidade que as do sindicato, mas que exerce atividades afins. Destaque-se que, quando indagados sobre a participação ativa em reuniões dessa organização, somente 48,33 disseram participar.

Quadro – 2. INDICADOR DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL – Assentamento ACOCI, 2009

Participa de alguma organização social	%
Não participa	38,33
Associação	45
Sindicato	16,67
Participa ativamente dessa organização	
Sim	48,33
Não	51,67
Convidado a assistir as reuniões da associação	
Sim	86,67
Não	13,33
Participa da escolha dos líderes dessa associação	
Sim	68,33
Não	31,67
Apresenta sugestão nas reuniões	
Sim	45
Não	55
Participam da elaboração de eventos sociais	
Sim	50
Não	50

Fonte: dados da pesquisa de campo, março de 2009.

O tamanho da área do assentamento as vezes dificulta maior integração entre as famílias existentes nas agrovilas. Assim, um dos fatores que corrobora com maior

⁸ Destaque-se que todos são sindicalizados junto ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos Sales – CE. Contudo, não frequentam as reuniões e somente pagam a anuidade em períodos de extrema necessidade destes, diante da instituição.

integração pode ser considerada a dificuldade de acesso as informações. Nesse caso, justifica-se o fato de somente 86,67% das famílias afirmarem ser convidadas a participar das reuniões. Contudo, não justifica o fato de apenas 68,33% participarem da escolha dos líderes, uma vez que a falta de ações coletivas no assentamento pode ser um dos problemas em construção de cenários capazes de superar os atuais desafios enfrentados pela população assentada.

Outro fator relevante observado é que somente 45,00 das famílias assentadas apresentam sugestões nas reuniões, embora 50,00% destas participem de eventos sociais. Acrescente-se ainda, que um dos maiores problemas enfrentados na participação social do assentamento é a ausência de cooperativas para facilitar o escoamento da produção. Dessa forma, pode-se afirmar o baixo indicador de participação social do assentamento e sugerir mais ações integradas entre as famílias e as instancias de maior competência atuante no assentamento.

3.3 Aspectos econômicos do assentamento

Quanto aos aspectos econômicos do assentamento, os dados mostram que 46,67% das famílias exercem suas atividades na agropecuária, seguido de um percentual de 38,33% das famílias, somente na agricultura. Destaque-se ainda, que o percentual de famílias que trabalham com apicultura, avicultura, fruticultura é bastante reduzido no Acoci. Acrescente-se também que, embora haja outros tipos de atividades desenvolvidas no assentamento, é na agricultura que 98,33% das famílias encontram sua base de sobrevivência. Assim, quando interrogados sobre o destino da produção de alimentos, 85,00% das famílias afirmaram comercializar somente o excedente.

Como citado anteriormente, a ausência de cooperativa no Acoci, se traduz em um problema de distribuição e venda da produção de feijão, milho, fava, abobora, melancia, dentre outras, cultivadas no assentamento, sobretudo, no período chuvoso⁹. Assim, 46,67% das famílias disseram vender o excedente em feira livre, notadamente nos municípios de Campos Sales, Araripe, Potengi e Saboeiro - ambos os municípios são do estado do Ceará. Destaque-se ainda o reduzido poder de barganha da associação, dados que somente 1,67% das famílias vendem seu excedente através desta.

⁹ Considerado período chuvoso no Assentamento, o que compreende entre os meses de Fevereiro a abril.

Os atravessadores, que frequentemente visitam as agrovilas, ainda compram os produtos já citados a 28,33% das famílias assentadas. Destaque-se que estes vendem, geralmente, nos municípios mais distantes onde o preço é mais elevado. Destarte, a falta de um sistema cooperativo no Acoci, tem implicado em problemas de ordem diversa e que acabam por não contribuir com melhores resultados para as famílias assentadas. Muitas são as famílias que reconhecem tais problemas e suas implicações. No entanto, não há, no assentamento, um trabalho que vise o coletivo e a falta de participação e trabalho em equipe pode prejudicar as ações dos assentados e colaborar com a facilidade de atuação desses atores representantes do capital.

Quadro – 3. ASPECTOS ECONÔMICOS – Assentamento ACOCI, 2009

Atividades econômicas desenvolvida no assentamento:	%
Agricultura e pecuária:	46,67
Agricultura e comércio:	5
Agricultura:	38,33
Agricultura, apicultura e pecuária:	3,33
Agricultura, pecuária, fruticultura e avicultura:	1,67
Agricultura e outros:	5
Pecuária:	13,33
Atividade econômica é a base à sobrevivência da família:	
Agricultura	98,33
Pecuária	1,67
Destino da produção agrícola do assentamento:	
Comercializado	13,33
Sobrevivência da Família	1,67
Somente o excedente é comercializado	85
De que forma é feita essa comercialização:	
Feira livre	46,67
Através de associação	1,67
Através de atravessadores	28,33
Agroindústria	0
Feira livre e atravessadores	23,33
Valor médio da renda agrícola mensal, em R\$:	
Até 1 SM	85
Entre 1 e 2 SM	13,33
Entre 2 e 3 SM	1,67
Entre 3 e 4 SM	0
Mais de 4 SM	0

Fonte: dados da pesquisa de campo, março de 2009.

Quanto à questão renda, observa-se que os rendimentos da agropecuária são significativamente baixos, uma vez que 85,00% das famílias têm renda mensal média de somente até 1,00 Salário Mínimo advindos da venda de excedente; 13,33% estavam entre 1 e 2 Salários Mínimos; e, somente 1,67% auferiam renda mensal média entre 2 e 3 Salários Mínimos. Nas demais faixas não houve nenhuma frequência¹⁰. A partir dos dados apresentados pode-se considerar o baixo nível de desenvolvimento econômico do assentamento Acoci.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste estudo - que teve como objetivo analisar a sustentabilidade econômica do assentamento Acoci, em Campos Sales – CE - observou-se que os sujeitos sociais envolvidos no processo de desenvolvimento sustentável não vêm empreendendo esforços para melhorar as ações coletivas e garantir melhores condições de sobrevivência no contexto rural no qual estão inseridos.

A falta de ações coletivas que passem a envolver os assentados e o espaço urbano, através da integração entre produção e mercado, corrobora com o baixo desempenho na sustentabilidade do assentamento. Além da falta de integração ente rural/urbano observado no Acoci, questões como a ausência de ações coletivas dentro do próprio assentamento tem comprometido o desempenho das atividades produtivas e provocado distorções no conceito de desenvolvimento integrado desse assentamento.

O maior comprometimento dos sujeitos pode promover ações benéficas aos assentados, uma vez que 60,00% das famílias dizem receber irregularmente a visita de técnicos agropecuários e 5,00% das famílias dizem serem estas visitas ausentes. Em um cenário onde mais de 45,00% das famílias não tem nenhuma formação técnica, a ausência de profissionais que podem auxiliá-los na melhor forma de utilizar os recursos disponíveis é bastante prejudicial.

Observou-se também que a facilidade de créditos, sobretudo do PRONAF A, não é constatada no assentamento, uma vez que mais de 40,00% das famílias julgam ser

¹⁰ O Valor do Salário Mínimo no ano da coleta de dados era de R\$ 465,00

difícil adquirir o empréstimos e aproximadamente 74,00% dessas disseram ocorrer atraso no financiamento o que implica em prejuízos para a colheita já que o período chuvoso e muito curto, além dos entraves burocráticos existentes. Quando sai tal benefício, ainda é relativamente pequeno, dado que, 66,67% das famílias recebem menos de R\$ 2.000 anualmente e somente 10,00% destas conseguem auferir recursos superiores a R\$ 5.000.

Nos indicadores de participação social também foram observados heterogeneidade significativa nas ações das famílias assentadas. Pequena participação nas decisões do assentamento, bem como um nível de dispersão do grupo constatado a partir das ações coletivas observadas.

As questões econômicas denunciaram baixos níveis de rendimentos provenientes da agricultura com elevados percentuais de famílias com rendimentos médios de somente até 1,00 Salário Mínimo. Além disso, a ausência de ações coletivas corrobora com o aumento de especuladores locais no que concerne à venda da produção agrícola. Destaque-se ainda que não há uma cooperativa no Acoci o que contribui para a venda da produção a atravessadores ou na feira livre das cidades vizinhas, aumentando os custos e reduzindo a margem de lucro dos produtores.

Assim, pôde-se constatar no assentamento Acoci, a ausência de ações coletivas e a baixa participação de órgãos de apoio às famílias assentadas. Isto contribui para aumentar ainda mais os problemas enfrentados pela agricultura familiar no assentamento e aprofunda a questão do rural brasileiro e dos rumos da agricultura familiar diante da expansão do capitalismo contemporâneo e das ações do mercado.

5. REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: Hucitec, 1992.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. & AQUINO, Jakson Alves de. Estado, cidadania e políticas públicas. Fortaleza: Editora UFC, 2002.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1998.

FONSECA, J. S. da; MARTINS, G. de A.. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

FURTADO, Celso. Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2000.

HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21^a. LTC, Rio de Janeiro, 1986.

KHAN, A. S.; SILVA, L. M. R. Avaliação do Projeto São José no Estado do Ceará: Estudo de Caso. UFC/CCA/DEA, Fortaleza, Ceará, 2002.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição da renda e desenvolvimento econômico no Brasil. 3^a. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LEMOS, José de Jesus Sousa. Mapa da exclusão social no Brasil: radiografia de um país assimetricamente pobre. Fortaleza: Banco do Nordeste S.A., 2005.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

MARX, Karl. & ENGELS, Friedrich. Manifesto do partido comunista. São Paulo: Martin Claret, 2001.

POLANYI, Karl. A Grande transformação: as origens da nossa época. 8^a. Ed. São Paulo: Campus, 2000.

SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. 9^a. Ed. São Paulo: Beste Seller, 1998.

SEM, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das letras, 2000.

SILVA, José Graziano da. O Que é questão agrária. São Paulo: Coleção Primeiros Passos, Brasiliense, 2001.

SOUZA, Nali de Jesus. Desenvolvimento econômico. 3^a. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.

STEDILE, João Pedro. (Org.). A Questão agrária no Brasil: o debate na esquerda: 1960 – 1980. São Paulo: Expressão Popular, 2005.